



FUNDAÇÃO CULTURAL
CASSIANO RICARDO

1

FUNDAÇÃO CULTURAL CASSIANO RICARDO
CNPJ 45.395.704/0001-49

Ata nº 004 – Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo – 04/08/2021

Aos quatro dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um, em reunião agendada, via online, plataforma Zoom, conforme convocatória com pauta enviada aos Conselheiros, conforme segue: 1) Aprovação da Ata nº 002, de 16/06/2021. 2) Aprovação de Projetos LIF – Lei de Incentivo Fiscal e 3) Informes da Diretoria Executiva. Após a conferência de quórum mínimo, o Presidente deu início à reunião agradecendo a presença de todos os Conselheiros, dizendo ser esse momento precioso e dedicado à Fundação Cultural Cassiano Ricardo, seguida da leitura da pauta e dizendo que sobre os Projetos da LIF – Lei de Incentivo Fiscal, o Sr. Antonio – SEC-LIF falaria sobre o trabalho feito pelas Comissões da LIF e Cultura, bem como dos técnicos externos e da CEATO- Comissão Especial de Análise Técnica e Orçamentária da Fundação Cultural. Prosseguindo colocou a Ata nº 002 para aprovação, frisando que era uma ata extensa e que era a primeira ata com os novos Conselheiros, ou seja, a Ata de posse, indagando se todos haviam recebido, por e-mail, e se alguém queria se manifestar, ocasião em que a Conselheira Aline disse ter uma dúvida na página 7 (sete) em que no final era citado que os materiais, como Tabela de Cargos e Salários, foram encaminhados, previamente, aos Conselheiros porque pelos seus registros esses materiais não estavam anexados, ocasião em que o Presidente disse que não foram encaminhados e que foram apresentados no momento da reunião, e indagou à Secretária que disse que havia sido encaminhado o material. O Presidente disse que não tinha sido encaminhado o Orçamento todo, mas que o básico foi encaminhado, ocasião em que a Conselheira Aline indagou se a citação foi do resumido e a Secretária disse que sim e a Conselheira Aline fez registrar o quanto de trabalho é feito pela Ata e que é um documento importantíssimo, ocasião em que a Secretária disse que já fez atas longas, mas que a de posse dos Conselheiros foi mais longa, tendo em vista que cada um dos Conselheiros, além de se dizer o seu nome, e qual entidade representava, teve a oportunidade de falar um pouco mais de si, mas que era prazeroso escrever. Prosseguindo, o Presidente colocou a Ata para aprovação, dizendo que se algum Conselheiro não concordasse com a aprovação que se manifestasse, ou mesmo aqueles que quisessem se abster, que levantasse a mão, não houve manifestação e **a Ata foi aprovada**. Prosseguindo com o item 2 (dois) da pauta, ou seja, Aprovação de Projetos LIF – Lei de Incentivo Fiscal, material encaminhado aos Conselheiros, via e-mail, o Presidente passou a palavra ao Sr. Antonio SEC-LIF para falar dos projetos, vide abaixo o material exibido:



Proposta	Proponente	Comissão Seleção	Comissão Cultura	Comissão LIF	Média	Valor do Projeto	Natureza Prop.
Camerata de Viola Caipira – Tributo ao Mestre Zé Mira	Simone Rosa	8,8	9,3	10	9,37	R\$ 167.691,00	PF
Manifesto Invisível	Karina Francis Urban – Espiral 21	7,8	8,8	9,6	8,73	R\$ 200.000,00	PF
Vicentina rumo aos 100 anos	AFAC - Associação Para Fomento da Arte e da Cultura	7,8	8,6	9,6	8,67	R\$ 561.214,33	PJ
Laboratório de Arte e Tecnologia	Paleta Produção e Arte	8,1	9,5	8	8,53	R\$ 306.884,21	PJ
Coletivo Verde Azul, Volume 1 - Um recorte da diversidade cultural na cidade de São José dos Campos	VINICIUS GABRIEL BARROS 41803800801	8	9	7,6	8,20	R\$ 300.000,00	PJ
Da Pedra Lascada ao Nano chip: Uma Animação Sobre os	Origem Cultural	7,8	8	8,6	8,13	R\$ 86.400,00	PJ
Cenários de São José dos Campos “Oficinas Culturais - Instituto Brantz Social”	Instituto Brantz Social	7,4	7	10	8,13	R\$ 100.000,00	PJ
São José dos campos In Foco	Paulo Cesar Neves Marcondes Gonçalves 06662431826	7,2	8,6	8,4	8,07	R\$ 200.000,00	PJ
Projeto Executivo de Restauro para os Remanescentes da Antiga Fábrica de Cerâmica Irmãos Weiss	Restauro Brasil Projetos e Obras Ltda	7,4	7,4	8,6	8,00	R\$ 95.450,00	PJ
A Era do Rádio e a	Cinthia Jardim	7,4	7,4	9	7,93	R\$ 69.076,00	PJ



Memória Afetiva							
Sorrindo Bonito com João, Maria e Popozinho	Teatro de Gravata	6,9	8,3	8,6	7,93	R\$ 138.180,00	PJ
O Voo da Águia	Aline Reis	7,2	7	9,4	7,87	R\$ 199.890,00	PF
Os Digitais	Leo Grego	6,7	8,2	8,6	7,83	R\$ 200.000,00	PF
Voadeira Estradeira	Karina Mara Müller Rufino 27904653800	6,7	8	8,6	7,77	R\$ 55.107,00	PJ
UPI – Unidade de Terapia Intensiva	Carlos Rosa	7,4	7,1	8,6	7,70	R\$ 194.667,82	PJ
Vale Do Paraíba: Sua História, Sua Cultura	Ana Enedi Prince Silva	6,5	7,2	9,4	7,70	R\$ 197.850,00	PF
Gênio Indomável	Somos Designers & Editores Ltda	6,7	6,4	10	7,69	R\$ 165.385,00	PJ
Festival Vale Um Novo Olhar	Viewcomm Comunicação Ltda Me	7,7	7,6	7,6	7,63	R\$ 500.000,00	PJ
Quadra de Ases	Associação para a Promoção Integrada da Cultura, da Educação e do Empreendedorismo	6,5	6,3	10	7,60	R\$ 219.895,00	PJ
Dom Manoel Andrade - bispo, governador e fazendeiro	Carlos Alberto Fernandes Pinto	6,7	6,7	9,2	7,53	R\$ 63.422,00	PF
Jornada Criativa: A Arte de Resignificar	Mara Débora	7,2	6,4	9	7,53	R\$ 199.999,99	PF
São José... Do Líbano	Marcelo Vasconcellos Torres	7,5	6,6	8,3	7,47	R\$ 198.179,25	PF
São Xico Jazz & Blues Festival	Marcelo Naves	6,5	6,5	8	7,00	R\$ 170.000,00	PF
Instituto Cultural Marco de Dança	Instituto Marco de Dança	7,1	7,5	4	6,20	R\$ 337.482,00	PJ
Maria Cidadã	Marcella Arnulf	6,5	6	6	6,17	R\$ 195.965,00	PF



Brazapunk	Beatriz Cristina Bueno de Miranda Bock	6,3	6,5	5,6	6,13	R\$ 49.385,00	PF
Projeto Telão	Thais Pedroza Botta Truyts Lima	5,5	7,6	5	6,03	R\$ 76.705,00	PF
Gruta da Natureza	Bianca Medeiros	5,7	7,6	4	5,77	R\$ 112.213,00	PF
A Morcego Branco	Thomas Bispo Assunção da Cruz	5,5	5,6	5	5,37	R\$ 25.447,90	PF
Raio Cristal	Ronny Cristian Guimarães Prado	7,2	8,8	0	5,33	R\$ 150.540,00	PJ
Fissuras Internas	Save The Queen Films	5,4	5,6	5	5,33	R\$ 500.000,00	PJ
MTS – Mensageiros dos Trânsito Seguro	Eva Cristina Sielawa	5,2	5,2	5	5,13	R\$ 76.060,00	PF
32 PROJETOS APROVADOS - VALOR TOTAL:						R\$ 6.113.089,50	
Pontos que conectam	Maria de Fátima Marcondes dos Santos Silva	5	5	4,6	4,87	R\$ 15.000,00	PF
Festival Jazz no Vale	Cláudia Vitale	4,67	4,7	4,2	4,52	R\$ 459.658,00	PF
Buscando Buskers - 4ª Temporada (São José dos Campos)	Assum Filmes	6,9	6,6	0	4,50	R\$ 500.000,00	PJ
Viola Caipira e Moda Raiz	Ricardo Vieira Dos Santos	4,3	4,3	4,2	4,27	R\$ 30.000,00	PJ
Alarde	Luiz Filipe Gonçalves Silva	5,96	6,5	0	4,15	R\$ 100.000,00	PF
Mostra de Teatro No Vale	Sinapse Produções Teatrais e Culturais Ltda.	4,4	4,4	3	3,93	R\$ 500.000,00	PJ
LiteraMundo - Edu Barbosa	Eduardo José Barbosa	3	3,1	3,6	3,23	R\$ 20.000,00	PF



Arte Urbana para Todos	Alexandre Moura Souza	3,2	3,2	3	3,13	R\$ 155.200,00	PF
Por um mundo melhor	Ricardo Martins Produções	3,1	3,1	1,8	2,67	R\$ 913.388,96	PJ
Geração Música	Incentivar Projetos	3,8	3,9	0	2,57	R\$ 1.836.570,41	PJ
Foto Studio - Panorama Brasil	Sancell Produções	3,4	3,4	0	2,27	R\$ 994.243,69	PJ
Rute, a superação da tristeza	Octávio Augusto de Souza	3,3	3,3	0	2,20	R\$ 190.830,00	PF
Música que Transforma	Instituto para o apoio e a formação artística musical em São José dos Campos	3,3	3,3	0	2,20	R\$ 200.000,00	PJ
Os Defensores da Natureza	Liza Morotomo Kamata Ribeiro	3	3	0	2,00	R\$ 336.962,11	PJ
14 PROJETOS NÃO APROVADOS - VALOR TOTAL:						R\$ 6.251.853,17	

TOTAL DE PROJETOS INSCRITOS: 46

TOTAL DE RECURSOS PLEITEADOS: R\$ 12.364.942,67

Com a palavra e cumprimentando os Conselheiros, o Sr. Antonio disse ter sido um longo processo da LIF para o ano de 2021/2022 e quealaria como foi o processo e quais foram os resultados. O Sr. Antonio disse que a FCCR teve um recurso da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias para a LIF, no valor de R\$ 2.620.000,00 (dois milhões seiscentos e vinte mil reais), ressaltou que o workshop da LIF foi um sucesso o qual contou com aproximadamente 55 (cinquenta e cinco) pessoas, não sabendo dizer sobre o final depois de 02h30 (duas horas e trinta minutos) e para a FCCR foi considerado um sucesso, ressaltando que o material estava colocado no YouTube da própria página da Fundação Cultural para quem quisesse ter acesso. Prosseguindo, disse achar que devido à apresentação do workshop, houve um número recorde de inscrições de projetos LIF, ou seja, 46 (quarenta e seis) projetos inscritos, dizendo achar que esse número só foi batido em 1998 ou 1999 em que houve um número grande de projetos. Disse que foi um desafio considerável, na verdade, foram 2 (dois) desafios, devido à quantidade de inscritos e a plataforma



prosas, que foi a primeira vez que se trabalhou com a plataforma prosas, frisando ter sido um desafio e também um auxílio considerável para que fosse possível caminhar, devido ao tempo que era disponibilizado. Continuando, o Sr. Antonio disse que isso era previsto no edital, porque fazia pelo menos uns 2 (dois) anos que se aprovava mais projetos com valores maiores do que os recursos previstos na LDO, porém com a condição de que os aprovados só pudessem ser executados até o valor R\$ 2.620.000,00 (dois milhões, seiscentos e vinte mil reais). Explicou que é uma maneira de possibilitar que mais pessoas procurem essa captação e consigam esse valor. Prosseguindo, disse que somaram 14 (quatorze) projetos reprovados por vedações e projetos reprovados com médias abaixo de 5,0 (cinco), explicando que as vedações, no geral, foram por valores excedentes, projetos que ultrapassaram os tetos previstos na Lei de Incentivo Fiscal, porque o edital previa para PF - Pessoa Física e MEI – Microempreendedor Individual R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e para PJ – Pessoa Jurídica R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e alguns projetos até por não entrarem em contato, vieram com valores acima disso, embora, estivesse especificado na plataforma prosas. Vide material exibido, sobre as vedações e problemas:

Vedações ou problemas	Motivo	Sugestão
Valores excedentes de PF/PJ/Mei	Vedado pelo edital	reprovação na fase documental, nestes e outros projetos encontrados, caso seja comprovada a natureza jurídica.
Combustível/Transporte/Taxi	Vedado pelo edital	Retirada do item ou readequação para transporte de van
Captação acima de 5%	Vedado pelo edital	readequação dos valores
Proponente valores administrativos	os identificados foram vedados	Caso ainda permaneça alguns, que sejam reprovados na identificação do problema.
taxa de gerenciamento/ Taxa de 10%/	Vedado pelo edital	Sugestão: retirada ou readequação
Despesas de produção/ diversos	de difícil comprovação de prestação de contas	Sugestão: retirada ou readequação
valores totais diferentes	valor total na ficha de identificação diferente das planilhas orçamentárias	Sugestão: considerar o valor total presente na ficha de identificação.
Valores considerados acima de mercado	Vários projetos foram indicados, em diversas rubricas, como valores altos ou acima de mercado pelas	Sugestão: não há uma medida no mercado e as comissões não fizeram sugestão.
Ausência de Boneco	as comissões entenderam que a interpretação do texto do edital gerava interpretações dubias e que o que foi entregue satisfazia a análise	Sugestão: acatar as comissões

Observação: projetos readequados serão apreciados novamente pelo Conselho deliberativo

Observação: Recursos serão analisados pela CEATO, Comissão LIF e Cultura

Prosseguindo, o Sr. Antonio informou que determinados projetos informaram na ficha de informações um valor, dentro das regras do edital, e na soma das planilhas financeiras outro valor e sugeriu ao Conselho que ficasse estipulado o valor descrito na ficha de inscrição, ou seja, que o valor aprovado



permanecesse. Prosseguindo, disse que a comissão apontou que alguns valores estavam acima do mercado e que deveriam ser arrumados, e/ou readequados e que, no entanto, não há uma régua para isso, dizendo que essa régua é bem complicada e que não houve uma sugestão de readequação dos valores ou baixa para X ou Y pelas Comissões e que era uma sugestão da Secretaria LIF em manter as planilhas como estavam, frisando que fica difícil a medição dos processos, ou seja: como pedimos? o que pedimos? Tendo em vista que qualquer coisa, pode ser injusto ou exagerado com um ou com outro. Disse ainda que se tudo o que foi apresentado fosse aprovado, haveria resultado e os reprovados, muitos deles, podiam pedir vistas, vão discutir e podem acatar ou não essas notas. Informou ainda que haverá a fase de recurso e que era importante deixar claro para o Conselho Deliberativo que na fase de recursos, os projetos são analisados com o auxílio da CEATO – Comissão Especial de Análise Técnico Orçamentária, pelas Comissões LIF e de Cultura, pois sempre há questionamentos, e caso haja, é sempre é uma possibilidade. Prosseguindo, o Sr. Antonio disse que era o que tinha para passar para os Conselheiros e disse achar que havia duas possibilidades, ou seja, dois blocos de análise, primeiro sobre as vedações e problemas, indagando se os Conselheiros acatavam as sugestões da SEC-LIF sobre como trataram as questões e em seguida, podia-se analisar os demais, ocasião em que sugeriu aprovação em bloco das decisões das Comissões LIF e Cultura. O Sr. Antonio perguntou se alguém da Comissão gostaria de se manifestar sobre a experiência e agradeceu à Comissão LIF e à Comissão de Cultura que tiveram um ritmo grande de análises, dizendo que alguns trabalharam no sábado e no domingo para que fosse possível dar conta dos prazos.

Prosseguindo, a Conselheira Eloá Oliveira pediu a palavra ao Presidente para agradecer aos colegas da Comissão LIF, em especial ao Conselheiro Ênio, dizendo que tinha certeza de que o Conselheiro tinha se debruçado sobre o trabalho até no último dia em que se reuniram, para que ele pudesse produzir o documento que foi encaminhado ao Sr. Antonio, frisando que o Conselheiro Ênio ajudou muito e a Conselheira Edilaine também que, embora não fosse da LIF, ela apoiou e foi muito importante. Continuando, a Conselheira Eloá ainda disse acreditar que a maioria dos Conselheiros, quando fez as votações pela LIF, levou em consideração os projetos, que além de todas as outras aprovações técnicas que não cabiam à Comissão LIF, mas que a Comissão estava interessada em promover os projetos que, positivamente, pudessem impactar a vida de um maior número de pessoas com dificuldades de acesso, frisando ter sido esse o critério mais importante que foi usado e que isso precisa ficar nos anais da reunião, agradecendo a todos. Prosseguindo e com a palavra, o Presidente disse ter sido pertinente a colocação da Conselheira Eloá, dizendo ser essa uma das preocupações do ponto de vista da gestão também e que era bom saber que a Comissão também pensou nesse aspecto porque só fortalece esse pensamento, seguida de indagação se mais algum Conselheiro gostaria de se manifestar, ocasião em que ninguém se manifestou. O Presidente agradeceu às Comissões LIF e Cultura e toda equipe, a Sra. Érika e Sr. Antonio que se dedicaram, tendo um curto prazo para desenvolver a análise, dizendo achar que sendo uma plataforma nova, objeto de todos os estudos, mas que tudo havia corrido bem, haja vista só pelo resultado da quantidade de projetos e que isso era fantástico. Prosseguindo, disse achar pertinente a colocação do Sr. Antonio, abrindo essa possibilidade para alguns casos vistos na planilha, pelo que percebeu, em questões de vedações e problemas que em sua maior parte, pode-se abrir a possibilidade para que esse proponente faça readequação do seu projeto e que o projeto volte para análise, pois a readequação é possível e explícita no edital. Continuando, o Presidente disse achar que é importante, seguindo toda a orientação jurídica da FCCR, a ideia tem que ser certa, pois trabalha-se com recurso



público, tem uma responsabilidade, inclusive, os gestores que vão se utilizar desses recursos, devem começar certo, ou seja, por meio da elaboração desses projetos. O Presidente disse ter ficado em dúvida e perguntou para o Sr. Antonio se os projetos readequados voltariam para análise das Comissões e aprovação do Conselho Deliberativo. O Sr. Antonio disse que sim, que os quais tiverem as aprovações com readequações, são aprovações condicionantes, ou seja, estão aprovados, porém com condições de fazer readequações, ocasião em que o Presidente disse que serão aprovados com ressalvas. Outra dúvida do Presidente era se os projetos aprovados na íntegra, sem ressalva, se era uma publicação de resultado ou homologação do resultado, ocasião em que o Sr. Antonio disse que era uma publicação do resultado porque ainda haveria a fase documental, ocasião em que o Presidente perguntou se a homologação vem após a fase documental e o Sr. Antonio disse que sim. O Presidente disse achar importante não travar o processo por conta dos quais terão que fazer readequações, o Sr. Antonio disse que não trava e o Presidente perguntou se seria possível avançar, no ponto de vista que estão aprovados, sem ressalva, continuar tendo a fase documental. O Sr. Antonio disse que aquele que tiver com ressalva, deverá andar com as duas ao mesmo tempo, ou seja, deverá fazer as readequações e caminhar com o prazo de documentação, que segue junto. O Presidente indagou à Dra. Camila Morais, Assessora Jurídica, se estava correto e a mesma disse que sim. Continuando, o Presidente indagou sobre colocar em votação da maneira que o Sr. Antonio sugeriu, ou seja, primeiro a aprovação dos projetos que tinham algumas ressalvas, indagando aos Conselheiros que estavam de acordo com a aprovação que permanecessem como estavam, seguida da indagação de que se algum Conselheiro era contra, ou se alguém se abstinha de votar, que levantasse a mão ou abrisse o microfone, não houve manifestação e os **projetos com ressalvas foram aprovados**. Prosseguindo com os projetos que estavam habilitados e com notas adequadas, onde todas as Comissões entenderam, analisaram e decidiram que estavam adequados, o Presidente colocou em votação indagando se algum Conselheiro era contra a aprovação ou se alguém se abstinha, como não houve manifestação, os **projetos habilitados foram aprovados**. A Conselheira Aline disse não ter acompanhado a apresentação do Sr. Antonio, e perguntou se o valor total dos aprovados era maior, ocasião em que o Sr. Antonio disse que sim. A Conselheira Aline ainda tirou dúvida com o Sr. Antonio perguntando se ele havia comentado a ideia que conforme esse valor fosse completado, quem ficou para depois perdeu? O Sr. Antonio disse que sim e que havia uma vantagem porque o Edital é para dois anos, ou seja, teria esse ano e tem o ano que vem, o seja, a pessoa pode tentar até novembro de 2022, ocasião em que a Conselheira perguntou e se completasse? O Sr. Antonio disse que se completasse, não tinha o que fazer, explicando que é uma corrida, infelizmente, e os primeiros saem na frente. A Conselheira Aline disse que era desigual, explicando que já foi beneficiada pela Lei de Incentivo Fiscal e que recebia muito a crítica dos colegas, não no sentido da Fundação Cultural, disse que achava que o procedimento estava sendo feito, mas que era no sentido das condições materiais mesmo, pois alguns artistas tem uma maior relação com empresas, com mercado, dizendo ainda que trabalhando com empresa sabia o diferencial disso e reforçou a importância de a Fundação Cultural construir um mecanismo que ajuda, minimamente, que reduzisse essa diferença no acesso, na comunicação, pois os possíveis apoiadores, ainda mais pensando que a pessoa passou pela aprovação e depois tem essa corrida pelo recurso, disse ficar a sua sugestão reforçada. Continuando, o Presidente disse que do ponto de vista de aproximar mais produtores, empreendedores de todas as esferas junto às empresas, disse ser essa a ideia, onde os proponentes apresentem a sua proposta e as empresas escolham os quais dialogam mais com elas, mas, sem dúvida, o que se quer é oferecer os cursos para que todos tenham igualdade, dizendo



ainda que do ponto de vista específico da questão de aprovar ou não o recurso, tem um limite e quem captou primeiro fecha, dizendo que foi uma forma de possibilitar que mais projetos, empreendedores, produtores e gestores pudessem ter essa oportunidade, explicando que se fosse olhado somente os melhores qualificados, que atingisse o valor de 2.6 milhões, seria meia dúzia, ficaria só nessa meia dúzia e que, da forma que foi feita, fica aberta a possibilidade de outros projetos, mesmo que não estavam com uma pontuação excelente, porém com uma pontuação boa, mas que são projetos que podem ir captar recursos, porque estão aprovados, porém o recurso é limitado e conforme for captando, consegue desenvolver o seu projeto. O Sr. Antonio disse concordar com isso, pois foi uma forma de ampliar esses recursos e, claro, que vem junto com o curso, junto com uma série de outras coisas e que faz parte da política de ampliação desses recursos chegarem em um número maior de pessoas, tendo em vista que é encaminhando-se e profissionalizando-se melhor com relação à LIF porque é um processo diferente e quando chega no mercado é outro diálogo. A Conselheira Aline agradeceu pelas explicações. O Presidente agradeceu à Conselheira Aline pelas colocações, dizendo ainda esperar que todos consigam readequar os projetos que necessitam de readequação para que seja possível aprovar todos, pois só fortalecem as ações que a FCCR já mantém e a LIF é um mecanismo onde o produtor, gestor ou artista contribuem, também, com as atividades dentro da cidade, sendo assim um mecanismo de trazer recursos da empresa privada, o qual amplia o diálogo da empresa com a Cultura, explicando que são 80% (oitenta por cento) de recursos públicos e 20% (vinte por cento) de recursos privados que a empresa disponibiliza para o projeto, o que amplia o investimento dentro da área. O Conselheiro Luciano perguntou se o montante da verba da LIF, que já existem recursos aprovados na ordem dos dois milhões e dentro da classificação dos projetos, ele quis saber se os primeiros já estavam com o recurso garantido, ocasião em que o Presidente disse que não e que os projetos, embora tenham um determinado valor disponível para a captação, foi aprovado um número maior de projetos porque nem todos conseguem captar o recurso, explicando que se amplia a possibilidade de captação, porém no limite estabelecido em lei que são os 2.6 milhões e que os valores de cada projeto devem ser captados junto às empresas ou pessoas físicas que investem na cultura, ocasião em que o Conselheiro Luciano disse ter entendido que a captação fica por conta de cada proponente e o Presidente disse que sim. Prosseguindo, o Conselheiro Renato quis entender melhor sobre o mecanismo da captação, ocasião em que o Presidente disse que há uma verba aprovada de 2.6 milhões para os projetos da LIF e uma vez que um projeto se inscreveu e foi habilitado com determinado valor, este (o empreendedor) deverá buscar recursos junto às empresas ou pessoa física no tocante a captar os recursos do projeto aprovado, ou seja, se um projeto tem o valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), o incentivador vai ao mercado em busca desse valor, que no caso a empresa poderá incentivar do imposto devido até 80% do valor do projeto, ou seja R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para abater dos seus impostos, seja o IPTU, ISS junto à Fazenda Municipal e os 20% (vinte por cento) deverão sair de recursos próprios do incentivador, pessoa física ou pessoa jurídica. O Presidente indagou o Conselheiro Renato se ainda havia dúvida e o mesmo agradeceu. Continuando, a Conselheira Aline pediu a palavra e quis esclarecer, dizendo que o que o Conselheiro Renato perguntou, ela entendeu e que foi muito importante, pois se tem um valor previsto no orçamento, esse valor é 80% (oitenta por cento) então o valor que poderá ser beneficiado é um pouco a mais do que o valor já previsto no orçamento da FCCR, disse achar que é isso que o Conselheiro Renato quis saber, e o mesmo disse que foi, ocasião em que a Conselheira Aline disse que esse valor, seria, então complementado pelo recurso direto das empresas, o que era uma boa notícia. Continuando, o Conselheiro Ênio pediu a palavra e disse que já



participava da LIF e que ajudava algumas pessoas há algum tempo sobre LIF e disse que não era isso e explicou que, por exemplo, o imposto é no valor de R\$ 100.000,00 e que se paga R\$120.000,00, ou seja, paga-se a integralidade do imposto mais R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) de contrapartida que vão para os cofres da FCCR para uso, exclusivo, dos projetos culturais. O Conselheiro Renato perguntou se então seriam os 2.6 milhões mais os 20% (vinte por cento), o Conselheiro Ênio disse que não, disse que a Prefeitura disponibiliza 2.6 milhões para os projetos, só que para retirar do cofre da Prefeitura os 2.6 milhões, entram aos cofres os 20% (vinte por cento) como abatimento, ocasião em que o Presidente disse que não entra para a Prefeitura e sim para projetos culturais da FCCR, ocasião em que o Sr. Antonio disse ser isso mesmo. O Presidente disse que então ele tem direito a abater 100% (cem por cento) do valor do projeto e que invista mais 20% (vinte por cento), mas ele pode também investir só R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) de abatimento e dar 20% (vinte por cento) de recurso próprio, ou ele tem que dar R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais)? O Sr. Antonio disse que tem que dar R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), mas que existem condições em que a lei permite a isenção do recurso próprio, que é o caso de projetos em que o proponente já tenha PROAC ou ROUANE, ou outros locais ou leis aprovadas no exercício anterior, ocasião em que o Presidente perguntou se poderia ter um abatimento maior e o Sr. Antonio disse que pode ter isenção de 20% (vinte por cento). Prosseguindo, a Conselheira Aline quis tirar dúvida dizendo que se ela é uma empresa que não paga os R\$100.000,00 (cem mil reais) de imposto que é o percentual do imposto, mas o percentual dela não permite investir integralmente no projeto, perguntou se pode investir só um percentual dele ou seja, o que for possível com o dinheiro que tem no recurso próprio. O Sr. Antonio disse que pode investir somente uma parte, pode ser o caso como PF – Pessoa Física, frisando que não precisa ser só na PJ – Pessoa Jurídica, ocasião em que o Sr. Antonio explicou: “ Então vamos dizer que um condomínio inteiro queira abater seu IPTU, ele pode, e aí o terceiro, você pode ter terceiros que paguem 20% (vinte por cento), então vamos dizer “ eu sou a Embraer, e eu tenho uma empresa terceirizada, e eu quero abater o meu imposto, e a terceirizada tem o interesse pelo recurso próprio, e se ela aparecer também pode”. A Conselheira Aline se manifestou dizendo que estava nessa divulgação de mudança e lembrava que foi um momento de muita expectativa, o Sr. Antônio foi muito claro como sempre, e eu confesso que hoje eu entendi um pouco mais com a colocação do Conselheiro Ênio, e disse achar que esse processo tem um problema grave, porque parece que o que está sendo feito é colocado uma responsabilidade no proponente, para que ele capte um recurso não só para do seu próprio Projeto, mas para a Fundação Cultural, que tem condição de receber recursos externos, dizendo que isso é uma vantagem, e que achava bastante problemática a questão e que valeria uma reflexão sobre isso, uma melhor forma de estruturar essa ferramenta, disse saber que tudo é feito no sentido de melhorar, inclusive múltiplas fontes de renda, e que tudo é bem-vindo, mas acabou gerando essa situação, onde o artista que é que tem menos no geral, dizendo não vamos generalizar, mas um histórico da cidade comprova, que tem dificuldade de buscar esse recurso, e ele ainda busca um recurso que vai ser usado em um Projeto da Fundação que já tem os R\$ 28.000.000 (Vinte e oito milhões de reais) garantidos. O Conselheiro Ênio disse que isso também é válido no esporte, explicando que o esporte segue a mesma regra, ocasião em que o Conselheiro disse que participa em 4 (quatro) cidades com assuntos sobre a Lei de Incentivo e que havia um diferencial sobre isso, ou seja a prefeitura quando libera esse imposto, ela também está tirando da arrecadação direta dela para liberar tanto para o esporte como para a cultura e além disso ela tem vários outros programas internos que também disponibiliza dinheiro direto para quem é menos capacitado. Continuando, o Conselheiro exemplificou que na seleção,



na empresa, onde trabalha, são contemplados por projetos assim, ou seja a prefeitura banca 2 (duas) professoras dos projetos com 100% (cem por cento) e fora a chance que se tem em captar dinheiro pela LIF, ela ainda tira diretamente da arrecadação dela, explicando ser um valor considerado anualmente, mas que a grande dificuldade que vê nas captações, é o empresário ter condições de arcar com os 20% (vinte por cento) a mais, o empresário ou quem for ajudar, ressaltando que essa dificuldade é com todos com quem conversa. Prosseguindo, a Conselheira Aline disse que dentro do comentário do Conselheiro Ênio, ela também teria outras referências, também, inclusive de isenção completa em cidades próximas, sobre o valor de isenção, dizendo que é muito irrisório comparado ao orçamento da cidade, ressaltando que o orçamento da cultura não é nem 2% (dois por cento) da arrecadação total do município e que é uma cidade tão rica. Disse entender que são questões complexas e propôs, dentro da possibilidade, uma reunião extraordinária para que fosse possível pensar essas questões do mecanismo da LIF, inclusive no sentido de contribuir com a formação dos captadores, dizendo que não era só isso e que o Conselheiro Ênio colocou a maior dor do empresário que é o valor do recurso direto e que ela colocaria a dor do proponente que não é necessariamente só saber fazer, isto é uma parte, mas o empresariado ter ciência, consciência no sentido de saber que isso existe, estar disposto a ouvir e receber o artista, os espaços de encontro e de troca, frisando que isso tudo é necessário e que isso a instituição pode fazer. Prosseguindo, o Presidente disse achar extremamente pertinente isso tudo para esta lei, dizendo que o edital já foi lançado para este ano, mas que pode montar um grupo de A Conselheira Aline perguntou qual teria sido a decisão e o Presidente disse montar o grupo de trabalho e perguntou à Conselheira Aline se ela estava propondo a contribuir e constituir o grupo de trabalho e indagou à Dra. Camila se teria que ser pela Comissão de Administração ou se poderia montar um grupo de trabalho, ocasião em que a Dra. Camila disse que achar que pode ser composto o grupo sim, que tem que manifestar interesse, pode conversar, porque vem agregar e assim, melhorando a questão da LIF, registrou também a preocupação em sobrecarregar o Sr. Antonio porque está no meio dos projetos de várias coisas, ressaltando que pode sim ser criada uma comissão externa, sem problema nenhum. O Presidente disse ser essa uma possibilidade e a Conselheira Aline encaminharia como sugestão esse grupo de trabalho e a FCCR responde na sequência, ocasião em que disse que os Conselheiros que quiserem podem participar. Prosseguindo com o item 3 (três) da pauta, o Presidente informou o que segue: “ Que só no mês em curso, a FCCR foi para São Paulo, Palácio do Governo, para receber o importante prêmio de Capital da Cultura, o que sinaliza que estamos no caminho certo, não é que está tudo certo tem muita coisa que precisamos fazer, mas sinaliza que estamos no caminho certo do ponto de vista de gestão e do ponto de vista dos trabalhos artísticos, e esse prêmio de Capital da Cultura não é só da Fundação que era de todos os Conselheiros, dos artistas da cidade , de todos os equipamentos culturais existentes dentro da cidade, porque no fundo esse prêmio fez parte de um edital que a FCCR participou, como coloquei da outra vez, da Virada Cultural, mas onde a gente sinalizava ali o que a gente desenvolve, dentro da cidade, e o que tem na cidade, no SESC, na SESI, nos equipamentos alternativos, frisando que foi sinalizamos tudo isso, e realmente São José é uma potência e tem muito o que se fazer ainda, mas realmente sinaliza que estamos no caminho certo, e mostrou para os Conselheiros o simbólico troféu de Capital da Cultura, dizendo que junto com isso veio a questão da Virada online e fez convite para que todos participassem, informando que seria sábado seguinte à reunião, dizendo ser uma virada dentro de uma pandemia, ou seja, toda virtual, e sendo assim ela é menor das já apresentadas anteriormente, mas importante também para sinalizar que a cultura está viva e ativa, mas que a população veria uma programação de qualidade,



ressaltando que um ponto importante da Virada é que está com 12 (doze) artistas locais, e que isso valoriza a produção regional e a produção local, e mais 3 (três) artistas nacionais, mas que na sua íntegra ela seria bem bonita, do meio dia a meia noite e que seria no canal da Secretaria de Cultura do Amigos da Arte, e que estava divulgando no site da FCCR, e que aqueles que tivessem interesse, era só clicar no link que teria a sala e que teria que baixar o aplicativo e assistir toda a virada de forma online. Falou também do Aniversário da Cidade que apresentou uma programação 100% (cem por cento) com artistas de São José, algumas lives que foram desenvolvidas no Teatro Municipal, e que foi bem bonito e emocionante, principalmente para os artistas que puderam pisar novamente naquele palco, todos, sem exceção se emocionaram, porque claro que precisa de dinheiro, tem que ter cachê, tem que ter recurso, mas o artista tem esse lado da importância de estar no palco, de estar com o público próximo, não tinha público mas ele estava no palco e foi emocionante. Quem assistiu viu, quem não assistiu está no canal da Fundação”. Prosseguindo, a Conselheira Aline pediu a palavra para fazer outro reconhecimento que achava importante, dizendo saber que o calendário é rico e bom, informando saber que teve um movimento importante liderado pelo GT Mulheres da Cultura, que foi acolhido pela Gestão e que houve um comprometimento em manter em 50% (cinquenta por cento) de mulheres em todo em todos os âmbitos do Festivale e desejou que se amplie para as outras linguagens, dizendo querer compartilhar com os demais Conselheiros e disse ainda que o movimento é o resultado de um trabalho coletivo, como o Tom estava propondo, entre a administração e a sociedade e que estava muito agradecida por isso e que reconhecia a importância. Continuando, disse ainda que no mesmo momento em que estava celebrando, recebeu uma reclamação e queria um esclarecimento sobre o encerramento e cancelamento de algumas oficinas que estavam planejadas, dizendo que o relato que teve foi de que esse comunicado foi feito, via e-mail, de forma unilateral e sem grandes explicações e que isso teve um impacto muito grande em muitos profissionais que estavam, inclusive, se preparando para ministrar as aulas, dizendo que eram profissionais que já tinham estudado materiais e que ela gostaria de entender melhor essa questão, ressaltando que em virtude do horário avançado, poderia ser explicado em próxima reunião, ocasião em que o Presidente disse que explicaria, ressaltando que havia conversado com muito dos arte-educadores, que realizam as atividades, e aconteceu que, as atividades que estavam online, algumas delas, não tiveram público suficiente e que vem sendo trabalhado isso constantemente há aproximadamente um ano e meio e nesse primeiro semestre, vem fazendo trabalho de divulgação para tentar resgatar essas oficinas com baixo número de público, pois que havia oficinas com dois ou três alunos e às vezes, três turmas da mesma oficina e com três alunos, e que há uma responsabilidade com o recurso público, dizendo que, inclusive, está no contrato que se não houver um determinado número de público, a oficina será cancelada, frisando estar trabalhando muito sobre o assunto e que muitos deles entenderam que tem que estar juntos, por mais que a responsabilidade deles seja a de ministrar o curso, ele também tem interesse que esse curso se concretize, dizendo ainda que o arte-educador tem o contato desse aluno e que pode convidar, estimular seus alunos para que ele fique na aula, o que é bom para todos, e que também existem algumas atividades que não se adequam ao modo virtual. Continuando a Conselheira Aline indagou se os profissionais recebem algum valor individual para contribuir com o processo de comunicação, ocasião em que o Presidente disse que não, e a Conselheira quis fazer uma defesa sobre o seu campo de trabalho, dizendo que pode ter relações afetivas e que deve ter, pois que é saudável, mas criar exigências, esperar que o profissional faça esse trabalho. O Presidente disse que ninguém exigiu nada, o que se quer é que esteja ativa e o profissional também quer, então que é um pensamento de vamos ajudar e que aqueles que



não quiserem, nunca foi exigido nada, mas que quando se oferece um serviço público para a população, tenta-se chegar até à população de várias formas e que se a população não quis acessar determinadas atividades, não tem como obrigá-la. O Presidente explicou que está trabalhando para adequar essas atividades para três, quatro turmas que antes tinham duas pessoas e conversando sobre a retomada gradual de algumas atividades de forma presencial para o próximo mês, seguindo ainda todos os protocolos e isso depende do Comitê de Aprovação, e de uma série de coisas e do próprio querer dos profissionais, tendo em vista que alguns não querem porque não estão preparados ou não se vacinaram. O Presidente comentou que está com uma parceria com a FUNDHAS e que é presencial, dizendo que coisa específica que lá está dando muito certo, mas que alguns profissionais falaram não, dizendo que não é uma obrigação, pois que a FCCR faz a convocatória para fazer a atribuição e alguns aceitam e outros não. A Conselheira Aline disse entender que trabalho conjunto é trabalho e que trabalho tem que ser remunerado e sugeriu fazer um pagamento adicional para esses profissionais que contribuem com essa arregimentação de alunos, porque o tempo dispendido para mandar mensagens, frisou que fica sabendo de muitas atividades pelos arte-educadores e que não acha justo que esse trabalho não seja remunerado, entrando no campo de “é um trabalho coletivo, um trabalho conjunto”, frisando que se foi reduzida a carga horária e identificado que o próprio educador tem potência de trazer esses alunos, poderia ser uma sugestão que eles possam receber por esse trabalho, porque tempo, trabalho, contato, comunicação, tudo isso é trabalho, ocasião em que o Presidente disse que está dada a sugestão. Prosseguindo, o Conselheiro Ênio pediu a palavra, dizendo fazer uma pergunta direta ao Presidente e quis saber, sobre o cancelamento das oficinas, se estava bem descrito no contrato, ocasião em que o Presidente disse que o contrato está claro. O Conselheiro Ênio disse que são profissionais da arte-educação e que assim sendo, deveria contratar profissionais da área de marketing, dizendo que viu várias reportagens, várias chamadas acontecendo e que tudo passa por esse problema, ou seja, o problema pandêmico que está acontecendo, citando a existência de 4 (quatro) cursos e não há público, lembrando que os cursos são cem por cento gratuitos. Disse ainda que na Associação foi investido uma fortuna por mês para fazer esses tipos de cursos e não conseguiu público, sugerindo começar os cursos de forma presencial, o mais breve possível, e que, inclusive, a próxima reunião do Conselho Deliberativo que fosse presencial, frisando ser uma sugestão, dizendo que deverá ser avaliado. O Presidente agradeceu a sugestão do Conselheiro Ênio, dizendo que pediria à Secretária para que encaminhasse e-mail aos Conselheiros com essa sugestão e que aguardaria as respostas dos demais Conselheiros para tomar decisão. Prosseguindo e sobre os questionamentos da Conselheira Aline, o Presidente disse que do ponto de vista de pagar um recurso a mais ao arte-educador, disse achar que no edital não está dessa forma e que talvez possa ser pensado no futuro. Continuando, o Presidente indagou ao Sr. Alvaro, Diretor de Cultura e Patrimônio, até para responder à Conselheira Aline, quando a FCCR definiria com a equipe interna, porque estava mesmo com aulas com 1 (um) aluno, em alguns dias, e que em momento algum foi colocado o educador como responsável para ter a presença de aluno ou não, dizendo que a Conselheira Aline entendeu errado, quando a mesma comentou e confirmou que a FCCR exige o trabalho desse profissional, frisou que não é isso, conta-se com o carisma e não uma obrigação. A Conselheira Aline disse que contar com o carisma é natural, é uma forma de trabalho, “contar com carisma natural é uma forma de trabalho, não é um carisma pessoal, é trabalho”, dizendo que usou o termo errado e pediu perdão por isso, mas que a narrativa dá a impressão de que a FCCR realmente espera que o artista faça isso e comentou que ela mesma, e que não é de hoje, frequentou várias oficinas presenciais com uma, duas ou três pessoas,



**FUNDAÇÃO CULTURAL
CASSIANO RICARDO**

14

frisando ser um problema e que entraria em questões mais profundas, mas que por ora, agradecia pelos esclarecimentos e repassaria para os grupos onde tem contato. O Presidente disse que, até para clarear, que seria no sentido que existe um interesse mútuo de que dê certo, é nesse sentido, o Professor tem interesse em trabalhar, que a aula dele dê certo, é isso e não obrigação. Finalizando a reunião, o Presidente disse que foi mais uma reunião produtiva, pois sempre evolui, inclusive nas discordâncias e seguem os caminhos de melhoramentos, ocasião em que agradeceu a todos os Conselheiros pela presença e ressaltou a realização da Virada Online, no sábado seguinte. Nada mais a registrar, eu Julia de Castro Silva Ivo, lavrei a presente.

Washington Benigno de Freitas
Presidente do Conselho Deliberativo

Julia de Castro Silva Ivo
Secretária do Conselho Deliberativo